ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 28 DE JULHO DE 2015, ÀS 14 HORAS 30MINUTOS, NO MUSEU DE ARTE MURILO MENDES, EM CONTINUAÇÃO À REUNIÃO DO DIA 27.07.15 (CARÁTER PERMANENTE).

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, em continuação a reunião do dia 27 de julho de 2015, regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Júlio Maria Fonseca Chebli e com as presenças dos Conselheiros: Alexandre Zanini, Altemir José Gonçalves Barbosa, André Luis Marques Marcato, André Silva Martins, Andreá Vassalo Fagundes, Andressa Alves Oliveira Dutra, Ângelo Atalla, Arthur Alfredo Nunes Avelar, Bernadete Maria de Souza, Cristina Simões Bezerra, Denise Barbosa de Castro Friedrich, Dimas Augusto Carvalho de Araújo, Eduardo Barrere, Frederico Freire Rosa, Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, Igor Oliveira Santos Roson, Ivana Lúcia Damásio Moutinho, Janemar Melandre, Joacir Teixeira de Melo, João Victhor Bernadino, José Gustavo Francis Abdala, José Otávio Amaral Correa, Leandro Ferracini Cabral, Lourival Batista de Oliveira Junior, Lucas da Silva Simeão, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves, Marcos Felipe Lopes, Marcos Vinício Chein Feres, Marise Pimentel Mendes, Mateus Camaroti Laterza, Neiva Ferreira Pinto, Paulo Dimas de Castro, Raquel Bellini de Oliveira Salles, Ricardo Bonfante, Ricardo de Cristófaro, Rosângela Márcia Frizzero, Rubens de Oliveira, Sandro Rodrigues Mazorche, Valeria Faria Cristófaro, Vinicius Munim de Castro, Virgílio Cézar da Silva e Oliveira e William Ávila de Oliveira Silva realizou-se mais uma reunião do egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o Senhor Presidente justificou a ausência dos Conselheiros: Claudio Galuppo Diniz, Hélio Antônio da Silva, Ignácio José Godinho Delgado e Leonardo de Oliveira Carneiro. Iniciando a sessão, o Senhor Presidente lembrou que o Conselho Superior estava reunido em caráter permanente, e que esta reunião era continuação da reunião ordinária do dia 27 de julho de 2015, e que seriam discutidos os dois últimos itens da Ordem do Dia, ou seja, o item 9 – Discussão e deliberação sobre o início do segundo semestre letivo de 2015 e item 10 – Discussão do Orçamento da UFJF – 2015. Informou que ao final da reunião do dia 27 de julho do corrente ficou aprovado que a apresentação do Orçamento seria feita primeiro e depois o Conselho iria deliberar sobre o item 9 da pauta. Passou a palavra ao Conselheiro **Alexandre Zanini**, Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Gestão da UFJF para que apresentasse a situação orçamentária da universidade. O Pró-Reitor **Alexandre Zanini** fez a apresentação do orçamento da UFJF aos Conselheiros. Zanini apresentou uma linha do tempo a partir de sua posse na Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão acontecida no dia 12/05/2015. Nesta linha do tempo consta 12/05: Posse na Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão; 18/05: Início da ocupação da Reitoria (17 dias); 22/05: Governo anuncia maior corte orçamentário nominal da história (R$69,9 bilhões); 28/05: Início da greve dos TAEs; 01/06: Audiência do reitor com o Secretario Executivo do MEC; 05/06: Termina a ocupação da reitoria; 11/06: MEC vai até a ANDIFES anunciar impacto dos cortes orçamentários. Universidades começam a consolidar cálculos; 30/06: Apresentação dos resultados ao reitor; 01/07: Reunião com membros da equipe;

09/07: Reunião com o Secretário Jesualdo (SESu); 22/07: Governo anuncia novo corte orçamentário (R$8,6 bilhões), sendo a estimativa de R$1,8 bi a R$2 bilhões para o MEC.; 22/07: Reunião com o Secretário Executivo do MEC. Após este histórico, Zanini começou explicando a diferença entre três conceitos: Orçamento, Empenho e Financeiro. Orçamento: definido na Lei Orçamentária Anual – LOA (é apenas um "número"); Limite de empenho: definido no decreto de programação orçamentária (autorização para gastar o "número"); Financeiro: pagamento efetivo da compra de um produto ou serviço (ocorre quando o produto ou o serviço é entregue – quando se gasta o "número"). Após estas definições, Zanini mostrou a evolução histórica da LOA UFJF no período de 2005 a 2015. Mostrou a composição do orçamento das despesas de Pessoal, Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimento. Posteriormente, focou no orçamento de 2015, mostrando primeiramente um arquivo em PDF onde constava a LOA da UFJF neste ano. Apresentou também uma planilha em Excel correspondente a esta LOA de 2015. O Pró-Reitor apontou que, como podia ser observado na LOA (Lei Orçamentária Anual) do ano de 2015 da UFJF – LOA-UFJF – o orçamento total da Universidade é de R$766.722.507. Este valor é dividido entre 64% de Pessoal e Encargos Sociais, 28% de Outras Despesas Correntes (ODC) e 8% de Investimentos. Feitas estas considerações, o Pró-Reitor passou a apresentar a realidade orçamentária da UFJF para as despesas de custeio e capital. No que tange ao orçamento de custeio da UFJF, Zanini mostrou que, apesar de na LOA-UFJF constarem recursos de ODC da ordem de R$213 milhões, estes, na verdade, se definem em cerca de R$80 milhões. O Pró-Reitor explicou a formação da Fonte 250 (Fonte de Receita Própria), a questão de recursos com destinação específica como os de emendas parlamentares, recursos da Ação 20 RJ (SECADI-SEB-COMFOR), recursos do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação (Programa 2109), dentre outros, mostrando, portanto, que o orçamento efetivo de custeio da UFJF era da ordem de R$80 milhões. Aplicando-se o contingenciamento de 10%, este valor encontra-se no patamar de R$72 milhões. No mês de julho, verificou-se que a UFJF já tinha executado e/ou comprometido cerca de R$50 milhões deste orçamento, sendo 77% gastos com as despesas de bolsas, terceirizados e bolsas de assistência (além de RU e vale transporte), restando apenas o valor de R$22 milhões para custear a manutenção da UFJF em todo o segundo semestre. Entretanto, foi apontado que já existiam compromissos assumidos (reconhecimentos de dívidas do campus sede e de Governador Valadares, dentre outros) que somam R$12 milhões. Em sendo assim, restaram R$10 milhões para manter a UFJF no segundo semestre. Esta situação, obviamente, implicaria na necessidade de um reforço orçamentário de forma a não se comprometer as atividades acadêmicas. Ao final, Zanini apresentou quatro soluções possíveis para se equacionar a situação orçamentária, sendo elas: 1) MEC não fazer o corte de 10% no custeio: R$8 milhões; 2) MEC não cortar 50% de capital e permitir conversão para custeio: R$30 milhões; 3) MEC suplementar os R$13 milhões em custeio gastos com GV; 4) MEC liberar a Fonte 250 para execução do CAED: R$15 milhões em taxas. O Pró-Reitor apontou que todos são caminhos possíveis e que todos passavam pelo MEC. Finalizada a apresentação, o Pró-Reitor se colocou à disposição para prestar maiores esclarecimentos aos conselheiros. O Senhor Presidente fazendo uso da palavra esclareceu que já se reuniu com o MEC duas vezes,

oportunidades em que foi recebido pelo Secretário Executivo do Ministério, Professor Luiz Cláudio Costa, e que a informação é de que haverá corte de verbas. Na primeira vez, em reunião, foi colocado em pauta o aumento do custeio da universidade devido à expansão, Campus de Governador Valadares e outras questões. O Senhor Secretário solicitou a apresentação de números, o que foi feito na segunda reunião realizada no MEC. O Senhor Secretário elogiou o trabalho apresentado nesta nova reunião e disse que compreendeu as necessidades da Universidade, se comprometendo em ajudar, mas não informou a magnitude da ajuda. Na oportunidade, ele também ressaltou que estava havendo um novo corte, algo em torno de 20%, que daria em torno de 1,8 a 2 bilhões do MEC. O Senhor Secretário destacou que a previsão do MEC de melhora, em termos financeiros, é só em 2017. O Conselheiro Alexandre Zanini, fazendo um aparte, ressaltou que o Senhor Secretário do MEC informou que a previsão é de que no ano de 2016 também haverá dificuldades financeiras para o MEC, tendo em vista a retração econômica, o baixo crescimento da economia e a redução da arrecadação. Desta forma, o pedido do Senhor Secretário para todas as universidades é que façam um redirecionamento para que caibam dentro do orçamento. O Conselheiro **Alexandre Zanini** informou que no próximo ano o orçamento é de 80(oitenta) milhões e que a universidade deve caber neste valor. Ele esclareceu que o MEC está pensando em várias ações, entre elas fazer um programa nacional para assumir a assistência estudantil, ou seja, os estudantes receberiam o recurso direto do MEC, através de um cartão. Zanini ressaltou que os três elementos de despesa hoje são terceirizados, assistência estudantil e RU, vale transporte e bolsas. Ele esclareceu que somente essas três despesas consomem mais de 80 milhões, em caso de manutenção da estrutura atual. O Conselheiro **Alexandre Zanini** alertou para a necessidade de se discutir o horário de funcionamento dos prédios, tendo em vista o gasto com terceirizados em vigilância e ressaltou a importância de se decidir o que priorizar. Ele enfatizou a necessidade de se redimensionar, mas destacou que, em sua opinião, as unidades acadêmicas são prioridades. Em seguida, o Senhor Presidente abriu para perguntas, dúvidas e discussões. O Conselheiro **Ângelo Atalla** questionou ao Conselheiro Alexandre Zanini se, diante do quadro traçado, há possibilidade de começar o semestre com essa perspectiva orçamentária. Zanini informou que se não vier o reforço orçamentário, a solução seria suspender as atividades. Ressaltou que isto é o que várias universidades tem feito na mesma situação. Contudo, destacou que o Secretário Executivo se disse bem consciente da situação e que o reforço financeiro virá. Desta forma, dependendo do que vier, será possível avançar por mais 2 ou 3 meses. Zanini ainda informou que hoje a universidade tem 10 milhões para virar o ano e que, com esse valor, a recomendação é não voltar o semestre. Contudo, o secretário do MEC solicitou um tempo, pois não é bom para o Mistério parar o calendário acadêmico, parar obras, parar as universidades. O Conselheiro observou a importância de se discutir como será realizado o vestibular em Governador Valadares na situação em que está no campus. Há 1000 (mil) alunos e não há mais como alugar espaço, pois são 6 milhões aluguel/ano. Zanini reafirmou a importância de se discutir seriamente o que fazer e que, dependendo do retorno do MEC, da quantia a ser enviada, será possível fazer um ajuste e fechar o ano. O Conselheiro **Marcos Chein** pontuou que, independente da questão apresentada do

orçamento, há também a questão das matrículas, que impacta no retorno do semestre. Ressaltou que mesmo que seja enviado o dinheiro, não há condições de se efetuar todas as matrículas e iniciar as atividades no dia 2 de agosto. O Conselheiro **Marcos Chein** perguntou ainda se, o fato de se suspender o calendário agora, já alegando a questão orçamentária, se isso pode atrapalhar a negociação com Secretário Executivo, Luiz Cláudio Costa. O Conselheiro **Alexandre Zanini** explicou que de um orçamento de 72 milhões, gastou-se 50 milhões, sobraram 22 milhões. Desses 22 milhões, foram pagos um milhão e meio dos compromissos assumidos. Desta forma, há cerca de 21 milhões para avançar dois meses. Ele esclareceu que é possível começar o semestre, mas não terminar. O Senhor Presidente, **Julio Chebli**, trouxe um pedido da Tribuna de Minas de autorização para tirar foto do Conselho. Os Conselheiros fizeram considerações. Em votação, a autorização foi aprovada por 26 votos favoráveis. Procedeu-se a foto. Em seguida, o Conselheiro **André Silva Martins** abordou a questão da taxa administrativa de 15% do CAED, alertando que, neste contexto de crise, a cobrança desta taxa na entrada dos recursos poderia inviabilizar o funcionamento do CAED. O Senhor Presidente, **Julio Chebli**, fez um aparte, destacando que a conduta tem sido acertada com o Professor Manoel Palácios e que não foi cobrado nada do CAED neste ano. Informou que neste ano o CAED necessitou de recursos de limite e questionou ao Conselheiro Zanini se estes recursos foram devolvidos. O Conselheiro **Alexandre Zanini** informou que ainda não houve devolução e que o Professor está fazendo um pedido de orçamento da universidade para continuar executando o contrato. Zanini esclareceu que, diferente do convênio, o CAED presta o serviço e o estado paga. Desta forma, para poder prestar o serviço, é necessário ter recurso e, neste momento, o CAED está solicitando um empréstimo de limite orçamentário para eles continuarem trabalhando e executando os contratos. O Conselheiro **André Silva Martins**, então, registrou a importância da necessidade de regular a questão da taxa, inclusive a sua subestimação, considerando que isso é um posicionamento já assumido pela universidade e também questionou quanto aos valores referentes ao reconhecimento de dívidas. O Conselheiro **Alexandre Zanini** esclareceu que, até o momento, há o reconhecimento de 3 milhões, mas que haverá outros reconhecimentos. Nestes 3(três) milhões, estão a dívida com o Pitágoras, que não foi feito ainda. Seriam 2,4(dois vírgula quatro) milhões basicamente de Pitágoras e Univale e 600 (seiscentos) mil de um fornecedor que o contrato acabou o saldo e ele continua, por exemplo, com equipamento da universidade. Zanini explicou que, visando reduzir esse custo, uma das soluções possíveis seria construir um almoxarifado na universidade o que diminuiria o custo de guarda do material. O Conselheiro **André Silva Martins** questionou qual seria este material e porque está em estoque há tanto tempo. Ele perguntou também qual a empresa é responsável e quanto é o valor mensal do aluguel. O Conselheiro Zanini esclareceu que o valor é algo em torno de 40 a 50 mil por mês e que o material que está estocado é todo o equipamento do planetário, do Jardim Botânico e outros materiais que não couberam no almoxarifado da universidade. Segundo Zanini, este material está em estoque terceirizado desde 2013, 2014. Em continuidade, o Conselheiro **André Silva Martins** também questionou sobre o pagamento de luz, água e telefone. O **Conselheiro Zanini** esclareceu que luz e água não foram pagos em 2015, mas que a água começará a

ser paga a partir de agora, pois acabou o convênio da Cesama com a Universidade. Informou que a Cesama apresentou uma conta histórica no valor de 10 (dez) milhões de reais, mas que este valor está sendo questionado e, inclusive, foi realizado um acordo com o Ministério Público, pois estes valores serão revisados em termos técnicos. Desta forma foram acertados que serão retomados os pagamentos da conta de água, mas que os valores históricos cobrados erroneamente serão abatidos em contas futuras. Quanto à luz, o Conselheiro Zanini informou que o valor gasto é em torno de 350 (trezentos e cinquenta) mil por mês, pois a universidade está operando em tarifa vermelha. O Conselheiro **Henrique Duque** fazendo uso da palavra esclareceu que, quando exercia o cargo de reitor, foi verificado que a Cesama possui tubulação e outras instalações dentro do campus universitário e no Colégio de Aplicação João XXIII para o abastecimento de água de Juiz de Fora. Desta forma, foi realizado um convênio que, tendo em vista a necessidade da Cesama em utilizar estes espaços da Universidade, em troca a UFJF não pagaria nem água, nem esgoto. O Conselheiro destacou que considera correto o pagamento da água e a cobrança de aluguel da Cesama, pois não se pode deixar uma empresa publica privada ter fins lucrativos com uma coisa publica. Outra medida importante, enquanto reitor, foi a redução na taxa de luz, obtendo redução de ICMS de 18% (dezoito por cento) para 12% (doze por cento), aplicado para todas as universidades mineiras. Em seguida, o Conselheiro **Andre Silva Martins** questionou se o recurso que as unidades acadêmicas tinham na Fadepe seria repassado para as unidades acadêmicas e quando estariam disponíveis? O Conselheiro **Alexandre Zanini** explicou que esse dinheiro, quando entra na fonte 250, não possui autorização para ser gasto. Ele entra como financeiro e é necessário solicitar o limite. Contudo, é preciso ter uma relação desses recursos que retornaram para poder disponibilizar através da antecipação do orçamento da universidade. O Conselheiro **André Silva Martins** questionou ainda qual a situação dos contratos com terceirizados, de limpeza e segurança e o contrato especial que envolve o CEAD. O Conselheiro Zanini esclareceu que o orçamento da educação a distância é definido pelo MEC a parte e não é colocado na Lei Orçamentária, a CAPES é quem manda esse orçamento. Explicou o que é RAP, *Restos a Pagar*, e informou que o contrato com a Adcon (serviços de limpeza) está sendo pago através do RAP. Contudo, não possui orçamento novo. O Senhor Presidente, **Julio Chebli**, destacou que, ao protocolar na Capes um pedido do CEAD, foi informado da necessidade de se cadastrar os projetos no Simec. Segundo informações obtidas, a partir deste ano, o orçamento de custeio da educação a distância seria de 861,60 (oitocentos e sessenta e um vírgula sessenta) vezes o numero de alunos matriculados. O Conselheiro **André Silva Martins**, então, formulou questionamento sobre as bolsas de intercâmbio, ressaltando que inicialmente havia uma orientação para a continuidade da saída dos alunos e agora veio a sinalização do corte. O Conselheiro questionou ainda quanto à situação do campus de Governador Valadares e, finalizou suas considerações destacando a necessidade de um portal da transparência na UFJF, pois acredita ser algo que vai politizar, no bom sentido do termo, o debate e criar condições de acompanhamento. O Conselheiro André solicitou, ainda, que o Conselheiro Zanini disponibilize o material, com todo o detalhamento, para que todos possam ter um domínio maior dos dados apresentados e divulgar nas unidades. O

Conselheiro **Frederico Freire Rosa** solicitou um aparte e reforçou a fala do Conselheiro **André Silva Martins** alertando sobre o pagamento das bolsas de intercâmbio. O Senhor Presidente, **Júlio Chebli**, esclareceu que o edital das bolsas de intercambio foi em outubro e não havia, naquela época, como prever o corte de recursos por parte do MEC. O Presidente destacou que a orientação é de, vindo financeiro, uma das prioridades é contemplar este edital, contudo, será muito difícil manter este edital no ano que vem. O Conselheiro **André Silva Martins** ressaltou sua preocupação pelo fato dos estudantes terem assumido um compromisso financeiro e, neste momento, não há previsão para o pagamento das bolsas. O representante discente, Marcos Felipe solicitou que seja feito um pronunciamento sobre o assunto em nome da universidade. O Presidente destacou que o pronunciamento do Consu é oficial, ao que o representante discente solicitou então que esta decisão seja tornada pública. Em relação ao questionamento apresentado sobre o campus de Governador Valadares, o Presidente **Julio Chebli** e o Conselheiro **Alexandre Zanini** esclareceram que o campus de Governador Valadares está orçado em 180(cento e oitenta) milhões e há preocupação quanto ao recebimento desta verba para a construção do campus. O Conselheiro Zanini alertou para a necessidade de se definir o que fazer em relação ao campus de Governador Valadares, destacando a importância de se definir se haverá ou não vestibular, se o campus continuará com suas atividades ou não. Ele explicou que dos 180 (cento e oitenta) milhões, ainda faltam 120(cento e vinte) milhões e não há previsão do MEC para o envio da verba. O Conselheiro **Rubens de Oliveira** fez um aparte, alertando que o valor de 180(cento e oitenta) milhões não leva em conta outros espaços do campus que não foram licitados, como parte da Educação Física, metade do RU e o prédio central da biblioteca. Em relação ao Portal da Transparência, o Senhor Presidente, **Julio Chebli**, informou ser algo plenamente possível. O Conselheiro Zanini pontuou que é favorável à iniciativa, mas devido à demanda de trabalho que existe, não é possível assumir o compromisso com prazo para implantação. Esclareceu que o tempo atual é gasto respondendo ao MP, CGU, TCU e Portal da Transparência. O Conselheiro **Eduardo Barrere** pontuou a necessidade de buscar soluções para diminuir os gastos, como, por exemplo, a catraca eletrônica no RU. Ele alertou para a necessidade de ver a quantidade de terceirizados que a universidade possui e se esta quantidade é necessária. Sugeriu buscar a tramitação de processos eletronicamente, como já é feito em outras universidades, pois desta maneira pode-se diminuir a quantidade de terceirizados em determinadas funções e tê-los em outros lugares. Disse que seria interessante investir em desfazimento para reduzir o pagamento de alugueis, e que já há uma TAE da UFJF em Brasília cuidando da parte desfazimento. Barrere destacou que estas seriam uma série de pequenas iniciativas que precisam ser tomadas com urgência. A Conselheira **Cristina Simões Bezerra** parabenizou a gestão por cumprir o compromisso de realizar a reunião para se debater o orçamento e formulou os seguintes questionamentos: como foram gastos os 50 (cinquenta) milhões no primeiro semestre e hoje só há 10(dez) milhões para os próximos seis meses? Como ficará a questão das bolsas? A Conselheira ressaltou a importância de, no planejamento da reestruturação, no redimensionamento proposto, se ter o senso de responsabilidade para com o publico. A Conselheira destacou não admitir que a empresa Camilo dos Santos receba por mês o que a sua

unidade recebe por ano. O Conselheiro Zanini informou que sobre a decisão do gasto realizado ele não possui resposta, pois iniciou a sua gestão e constatou o gasto. Ele disse que sua função neste mês e meio foi mapear a situação orçamentária. Zanini informou que dos 50 (cinquenta) milhões, 40 (quarenta) milhões estão distribuídos nas três principais despesas: 25(vinte e cinco) milhões em bolsas, assistência, restaurante e vale transporte e 15 (quinze) milhões em terceirizadas. O Conselheiro **Alexandre Zanini** esclareceu que, quando se planeja o orçamento do próximo ano, já é preciso ter uma ideia da sua estrutura de base, de custeio e monitorar mês a mês, semana a semana os gastos. Ele novamente destacou a necessidade de se fazer uma discussão séria, alertando que será preciso rever os projetos, tendo em vista a redução de recursos. No que tange ao questionamento da resposta do MEC, o Conselheiro disse que o Senhor Secretário do MEC, Luiz Cláudio, talvez esteja esperando o dia 30 próximo, quando irá sair o decreto da programação orçamentária. Em seguida, o Conselheiro **William Ávila,** representante discente, fez os seguintes questionamentos: se suspender o calendário, quando começará a vir o dinheiro do próximo orçamento? Quando iniciarão as aulas? Suspendendo o calendário, haverá economia de dinheiro? O Conselheiro Zanini informou que a proposta de suspender o calendário não é pela questão principal do orçamento, pois com o orçamento atual é possível avançar uns dois meses. Desta forma, seria possível voltar às aulas, avançar, mas comprometeria metade do semestre. Em relação ao orçamento do ano que vem, o Conselheiro disse que é uma incógnita. Ele destacou que até 31 de agosto a PLOA precisa chegar na Câmara dos Deputados para votação e que o ideal seria o recurso vir no início do ano, mas em 2015 o decreto dos cortes da programação orçamentária foi feito em maio. Contudo, se seguir os prazos pela lei de diretrizes orçamentária, até dezembro é preciso votar o orçamento. Em seguida, houve questionamento do representante discente, Marcos Felipe, acerca da continuidade do pagamento das bolsas de extensão e de apoio estudantil, tendo em vista a possibilidade de adiamento do calendário. O Conselheiro **Alexandre Zanini** explicou que será preciso avaliar as particularidades de cada bolsa e esclareceu que a discussão leva em conta não apenas a suspensão do calendário, mas das atividades acadêmicas como um todo. Informou que há 40(quarenta) modalidades de bolsa e, em caso de adiamento do calendário, algumas poderão ser suspensas, como, por exemplo, a bolsa de monitoria, pois sem aulas não haverá monitoria. Ressaltou que não está falando em não pagar mais ninguém, mas que é preciso avaliar as particularidades de cada bolsa. O Conselheiro **Marcos Chein** fez um aparte ressaltando que o que está, neste momento, impactando a questão do retorno do calendário é a matrícula dos calouros, pois não há tempo hábil de efetuar as matrículas até o dia dois de agosto. Desta forma, o Conselheiro fez um apelo ao Conselho solicitando que fossem separadas as duas questões: a orçamentária e a matrícula dos calouros. A Conselheira **Cristina Simões Bezerra** destacou que a greve dos TAEs é um dos elementos significativos para o adiamento do período, mas há também a questão do orçamento, que aponta que se iniciar o calendário, terá um limite de dois meses e depois disso não haverá condições de continuar as atividades. Dando continuidade aos questionamentos, o Conselheiro **Frederico Freire Rosa** indagou se a verba que a UFJF recebe do Plano Nacional de Assistência Estudantil, PNAES, R$13.317.308,00 (treze milhões trezentos e dezessete mil e trezentos e oito reais) é

carimbada, ou seja, se só pode ser usada para assistência estudantil. E há uma complementação da UFJF de R$5.107.477,00 (cinco milhões, cento e sete mil e quatrocentos e setenta e sete reais) totalizando R$18.424.785,00 (dezoito milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil e setecentos e oitenta e cinco reais). O Conselheiro **Alexandre Zanini** respondeu informando que para dar continuidade ao que se está praticando hoje, gastar-se-ia 26 (vinte e seis) milhões com PNAES, ou seja, o PNAES da UFJF é de 13(treze) milhões e a Universidade precisa do dobro. Segundo o Conselheiro, o MEC já identificou isto em várias universidades e, segundo ele, o secretário deixou claro de que não se pode gastar mais do que está sendo alocado com PNAES. Zanini explicou que somente com o RU são gastos 10(dez) milhões, já que a UFJF subsidia 85% (oitenta e cinco por cento) das refeições do RU; Se a este valor somar PNAES, bolsas, vale transporte e restaurante o valor chega a 27(vinte e sete) milhões. Ressaltou que este valor não poderá ser praticado no próximo ano e destacou a necessidade de ações como, por exemplo, a instalação de catracas no RU. Ele informou ainda que o secretário do MEC disse que consegue pagar assistência estudantil para todo mundo que comprovar renda de um salário mínimo e meio. A Conselheira **Andressa Alves,** representante discente, questionou com o que foi gasto os 50 (cinquenta) milhões em Governador Valadares e qual o valor gasto semestralmente? Zanini explicou que o campus de Governador Valadares tem o valor de 15(quinze) milhões de custeio ano e 6(seis) milhões de aluguel por mês. A Conselheira Andressa destacou que, independente do valor gasto, é responsabilidade da UFJF o campus de Governador Valadares, independente da gestão, do governo que o criou. Ressaltou que a UFJF aceitou o campus de Governador Valadares e que não adianta, neste momento, jogar para o alto e falar que vai suspender o vestibular, pois isto pode manchar os currículos dos alunos, professores e TAEs de lá. A Conselheira destacou ainda que considera importante que se fique claro se a suspensão do calendário se deve à greve dos TAEs ou se é decorrente do orçamento. O Conselheiro **Marcos Chein** esclareceu que não houve interrupção do pagamento de bolsas de apoio estudantil, de iniciação cientifica, dentre outras, pois são bolsas que estavam com prazo de vigência no primeiro semestre. Contudo, ele destacou que talvez o equívoco da gestão tenha sido ter aberto bolsa de monitoria, de treinamento profissional no primeiro semestre. Desta forma, as bolsas que foram abertas em agosto de 2014 não poderiam deixar de ser pagas depois de já realizada a seleção dos estudantes. A Conselheira **Andressa Alves,** representante discente, destacou a importância de se ter maior fiscalização das bolsas, pois há alunos que não necessitam e são priorizados. O Conselheiro **Vinicius Munim,** representante discente levantou a importância de a universidade ter o orçamento participativo, o qual foi prometido em campanha, bem como o portal da transparência UFJF, pois estas iniciativas evitariam o constrangimento que podem surgir, como por exemplo, com os alunos de intercâmbio, pois eles já saberiam do quadro. Pontuou que no seu entender a crise se acentuou pela irresponsabilidade da gestão passada. Explicou que o dinheiro da Universidade chega com rubrica e o gestor escolhe para onde direcionar. Contudo, no mesmo pacote há dinheiro de custeio e dinheiro de investimento e, desta forma, verba de investimento é utilizada como verba de custeio para fazer política de balcão. O Conselheiro questionou sobre como ficará a questão dos alunos intercambistas. O

Conselheiro Zanini respondeu que, hoje, na máquina, o valor está em 89(oitenta e nove) mil e que, com este valor, não há como pagar os 400(quatrocentos) alunos. Contudo, ele informou o comprometimento da gestão em, no próximo repasse de financeiro, efetuar este pagamento. Este financeiro, conforme informado, poderia vir na sexta, como na segunda, de acordo com o MEC. Zanini esclareceu que em relação ao adiamento do semestre, a ideia não é parar para economizar, pois a universidade possui 20 (vinte) milhões e o MEC irá reforçar o que permitirá avançar mais um pouco. Contudo, o Conselheiro frisou que o que está sendo exposto é que a base de custeio da universidade pede muito mais orçamento do que há disponível. Três despesas da universidade: terceirizados, PNAES/RU/vale transporte e bolsas, consomem mais de 80(oitenta) milhões. Deste modo, se há 80(oitenta) milhões de custeio, não há como pagar mais nada. Lembrou que a base de custeio é tudo: material de consumo, diárias, passagens, bolsas. O Conselheiro pontuou que hoje quase metade dos alunos está ganhando bolsa e isto precisa ser revisto, assim como o número de terceirizados. É preciso verificar onde estão os TAEs e como estão distribuídos. O Conselheiro destacou que a discussão não é parar o calendário por falta de orçamento, pois com o orçamento há possibilidade de avançar e tudo indica que o MEC irá enviar mais recursos, após os relatórios apresentados pela Universidade. Contudo, será preciso redimensionar para o ano que vem, pois com a base de custeio atual não haverá orçamento. O Senhor Presidente, Júlio Chebli, solicitou prorrogação da reunião por mais uma hora, o que foi aprovado por unanimidade. A **Conselheira Marise Pimentel Mendes** sugeriu que fosse votado em conselho que não se iniciará o semestre, pois não há como efetuar as matrículas. Ela pontuou que há a pendência de orçamento, mas nada definitivo, tendo em vista a possibilidade do MEC de envio de recursos. Ela sugeriu que se mantenha o Conselho Superior em caráter permanente para que se possa ir analisando a situação, com duas a três reuniões por semana. Frisou que a universidade está aguardando o retorno de Brasília e que esta questão do orçamento é importantíssima. O Conselheiro **Altemir Barbosa** questionou ao Conselheiro Zanini se, mesmo que não houvesse o corte do MEC, ainda assim, a Universidade não teria condições de se manter. O Conselheiro Zanini esclareceu que seria preciso 120 (cento e vinte) milhões para poder manter a base de custeio e, hoje, só há 80(oitenta) milhões. Ele pontuou que o problema não é só os 10% (dez por cento), mas sim o planejamento. Explicou que quando se faz o planejamento para o ano seguinte, é preciso pensar na base de custeio, e que isto era feito antes. Ele destacou que anteriormente não faltou dinheiro para Universidade, pois havia um acompanhamento mês a mês do orçamento e um controle na planilha, o que permitia identificar a necessidade de se buscar mais orçamento. O Conselheiro destacou que não está se eximindo da responsabilidade, mas que o orçamento não foi planejado por ele. Contudo, tendo identificado neste momento a falta de recursos, ele está buscando a solução. O Conselheiro **Altemir Barbosa** questionou ao Presidente do Conselho, **Júlio Chebli**, qual tem sido, neste momento, o papel da Diretoria de Desenvolvimento e Responsabilidade Institucional, que foi criada com o objetivo de buscar mais recursos para universidade na situação de crise. O Presidente esclareceu que a referida diretoria foi criada para facilitar a captação de recursos junto ao MEC e junto a deputados, contudo, o MEC realizou cortes. Desta forma, **Júlio Chebli** pontuou

que os recursos que estão sendo conseguidos são frutos de ação da reitoria e do pró-reitor Zanini, que vêm mostrando as necessidades reais da universidade, com toda a dificuldade que o MEC vem passando. Esclareceu, ainda, que no ano de 2014 houve também dificuldades em se fechar o orçamento. A situação não era confortável e foi preciso transformar alguma coisa de capital em custeio para poder fechar o ano. Além disto, pontuou que a Universidade cresceu muito e a demanda é de 30 (trinta) milhões a mais que a base de custeio. Contudo, ele informou que em outras ocasiões o MEC fazia algo chamado reabertura de crédito, o que permitia as universidades solicitar recursos, próximo de outubro, o que complementava a verba. Contudo, este ano já foi informado que não haveria reabertura de crédito. O Presidente ressaltou ainda que Governador Valadares é um compromisso da gestão e sempre que há reunião no MEC, um dos primeiros assuntos é o campus de Governador Valadares. Chebli destacou que é preciso sensibilizar o MEC, pois é necessário um custeio específico e investimento em capital. O Conselheiro **Vinicius Munim** questionou como é calculada a verba de custeio, se é feita por cabeça de aluno, técnicos e professores. Questionou ainda como o MEC faz a contabilidade de Governador Valadares, já que não tem rubrica JF, GV. Indagou se o aumento de alunos de Governador Valadares passa mais dinheiro para Juiz de Fora? O Conselheiro **Alexandre Zanini** explicou que se não houver rubrica para Governador Valadares, será preciso ter dinheiro de custeio para manter o campus funcionando. O Conselheiro explicou também que não tem rubrica GV e que não há repasse de maior quantidade de dinheiro. Hoje a Universidade não trabalha com um custo por aluno. Zanini se dispôs a agendar uma reunião específica para explicar como é feita a atração de recursos do MEC para as Universidades e informou que é baseado no aluno equivalente. Explicou ainda que grande parte do orçamento da universidade é atraída pelos alunos da área de saúde, pois ficam mais tempo na universidade e usam mais espaços. Zanini destacou que gostaria de um CNPJ específico para Governador Valadares e um custeio carimbado para este Campus. Disse que, assim, poderia explicitar a necessidade de GV, que é o que está sendo feito neste momento. A Conselheira **Neiva Ferreira** sugeriu um programa de melhoria, de aproveitamento de recursos. Ela convidou os diretores para compor um fórum, em que seja possível trocar ideias, equipamentos e, desta forma, aperfeiçoar o dia a dia da universidade e minimizar as despesas. A Conselheira **Ivana Moutinho** também se manifestou no sentido de propor mudança de comportamento, treinando terceirizados e funcionários para economia. O Conselheiro **Rubens de Oliveira** destacou ações que estão sendo desenvolvidas e que podem colaborar na redução dos gastos, tais como o memorando eletrônico, sistema de catracas no RU, sistema de monitoramento de frota. O Conselheiro também reforçou a necessidade de se trabalhar no desfazimento dos bens como uma forma de reduzir o valor gasto com alugueis. O Conselheiro destacou a importância de se definir a questão do calendário e manifestou apoio a proposta apresentada pela Conselheira **Marise Pimentel**. Em seguida, o Conselheiro **Ricardo Cristófaro** pontuou que se a suspensão do calendário se deve à impossibilidade de se fazer a matrícula do Sisu, esta suspensão não deve afetar nem o João XXIII e nem a pós-graduação. Ressaltou que se vai suspender o João XXIII, não há motivo para também não suspender a pós-graduação. Contudo, se a suspensão se dará de forma

indeterminada e por outros motivos, a nota da universidade deverá esclarecer isso. O Conselheiro **Lourival Batista** destacou que, no que tange ao campus de Governador Valadares, é preciso lembrar que, se foi uma decisão equivocada, foi uma decisão tomada pelo Conselho Superior. O Conselheiro elogiou a exposição dos professores Zanini e Júlio Chebli, trazendo toda a situação e demonstrando a preocupação em tentar resolver. O Presidente, **Julio Chebli**, destacou que a suspensão do calendário leva em conta o problema das matriculas do Sisu e, neste sentido, o João XXIII deve entrar nessa discussão. O Presidente entende que o João XXIII ficaria de fora, contudo, passou a palavra para a Conselheira **Andrea Vassalo Fagundes** para considerações. A Conselheira destacou que há a preocupação com a entrada dos alunos na EJA (Educação de Jovens e Adultos), mas que essas matriculas são realizadas no próprio colégio, ou seja, independe das matriculas do Sisu. Além disto, há a preocupação com a manutenção do colégio e com a disponibilização pelo almoxarifado dos materiais básicos para a manutenção das atividades. O Conselheiro **Joacir Teixeira,** representante da APES/JF informou que a posição da APES será a de se abster sobre o tema em função da entidade não ter conseguido se reunir para deliberar sobre o tema. O Conselheiro destacou que, caso o calendário seja suspenso, esta decisão será inédita, pois nunca foi tomada pela universidade. Joacir também destacou o comunicado do comando de greve (27 do Andes – Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior), que já conta com aproximadamente 40 universidades em greve e que aborda a questão do corte de orçamento e dificuldade da administração das universidades de gerir a escassez de recursos. O Presidente **Júlio Chebli** solicitou a entrada de José Fonseca Marangon, coordenador do CDARA (Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos) para esclarecer sobre a situação das matriculas. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro **André Silva Martins** questionou qual seria o impedimento para iniciar o calendário sem os calouros, tendo em vista a impossibilidade de se efetuar as matrículas. O Presidente **Julio Chebli** respondeu que seria a manutenção de dois calendários. O Conselheiro Rubens Oliveira destacou que além dos calouros, no primeiro período também há vagas para repetentes, o que demandaria a necessidade de se fazer a matrícula em separado, olhar questão de horários. Desta forma, o Conselheiro sugeriu que, seguindo o direcionamento apontado pela professora **Marise Pimentel**, que se buscasse a negociação com o sindicato e o comando de greve, solicitando que seja feita a matrícula, do que fazer um caos na universidade. O Conselheiro **Rubens de Oliveira** questionou ao Senhor José Fonseca se em 15 dias seria possível efetuar a matrícula e iniciar o período. Fonseca pontuou a necessidade de se dar um prazo para que os alunos possam trazer documentos. Além disto, ele informou ser preciso ter uma comissão de assistentes sociais e esta equipe ainda não está contratada. O Conselheiro Zanini reforçou a informação, destacando que o pregão não está finalizado e que será necessário ainda contratar a empresa. O Conselheiro **William Ávila,** representante discente, manifestou seu posicionamento de que é inviável começar as aulas sem os alunos ingressantes e que seria melhor a suspensão das aulas até a renegociação. Também sugeriu que, enquanto estiver suspenso, o Conselho mantenha discussão permanente sobre como será realizado o contingenciamento de custos da universidade e a reestruturação do calendário. O

Conselheiro reforçou a necessidade de o Conselho Superior deliberar nesta data, tendo em vista o fato de que os alunos já estão se preparando para vir para o início das aulas. O Conselheiro **Arthur Avelar** reforçou as palavras do Conselheiro **William Ávila** e também manifestou seu posicionamento de que não considera viável iniciar as aulas sem os calouros e destacou que no momento há um cenário de incertezas, pois há a possibilidade de deflagração de greve dos professores e ainda não há um retorno do MEC quanto aos recursos solicitados. O Conselheiro **Alexandre Zanini** também sugeriu que o Conselho deveria se posicionar no sentido do que foi proposto pela Conselheira **Marise Mendes**: fazer uma suspensão temporária e ir se avaliando até que se possa chegar numa definição. O Senhor Presidente, **Júlio Chebli**, então, abriu para deliberação do Conselho. Colocada a proposta da conselheira Marise Mendes em votação foi a mesma aprovada por maioria, com 31 (trinta e um) votos a favor, 04(quatro) votos contrários e 03 (três) abstenções. Então foi aprovada a suspensão do calendário, com reavaliações periódicas do Conselho, de acordo com o cenário nacional e local. Em seguida foi colocada em votação a não suspensão do Calendário da Pós-Graduação Stricto Sensu sendo aprovado por maioria, com 21 (vinte e um) votos a favor, 04(quatro) votos contrários e 09 (nove) abstenções. Na sequencia, o Senhor Presidente colocou em votação a não suspensão do calendário do Colégio de Aplicação João XXIII, sendo aprovado por maioria, com 18 (dezoito) votos favoráveis, 04 (quatro) votos contrários e 15(quinze) abstenções. A Conselheira **Marise Pimentel** leu para o Conselho a deliberação definida: A UFJF suspende calendário acadêmico e adia inicio das aulas do segundo semestre. O Conselho Superior da UFJF decidiu pela suspensão do calendário acadêmico, adiando o inicio das aulas do segundo semestre letivo 2015, que estava marcado para a próxima segunda feira, 03 de agosto. A decisão do Consu foi motivada por dificuldades administrativas e operacionais proporcionadas pela greve dos servidores Técnicos Administrativos em Educação, entre as quais a impossibilidade da efetivação das matrículas dos estudantes. A Conselheira **Marise Pimentel** informou que faria a alteração em relação ao Consu fazer avaliação de greve e que ainda seria necessário incluir a questão da definição do calendário da pós-graduação e do Colégio de Aplicação João XXIII. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião secretariada por mim, Basileu Pereira Tavares, que para constar lavrei a presente ata que dato e assino.

Juiz de Fora, 28 de julho de 2015.

Basileu Pereira Tavares

Secretário Geral

Prof. Dr. Julio Maria Fonseca Chebli

Reitor